

## PARECER ORÇAMENTÁRIO

Parecer nº 66/2023

**Referência**: Processo n° 1586/2023

**Assunto**: Projeto de Lei nº 088, de 17 de outubro de 2023.

**Autor** (a): Poder Executivo Municipal

**Assinado por**: Antônia Eliene Liberato Dias.

## I - RELATÓRIO:

Trata-se da análise do Projeto de Lei Nº 088, de 17 de outubro de 2023, que dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

Na presente demanda o Crédito Adicional Especial, a ser aberto no vigente Orçamento, compreende o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a ser coberto mediante excesso de arrecadação.

Este tem por objetivo dar suporte orçamentário às despesas da mencionada pasta, para ação de incremento de custeio na saúde. Trata-se de recurso advindo de Emenda Parlamentar 026/2023, da Deputada Estadual Janaina Riva, Termo de Compromisso nº 051/2023, por meio do Fundo Estadual de Saúde (FES). A previsão orçamentária, através do Crédito Adicional Especial que ora buscamos, possibilitará cobrir despesas pela inclusão de Programa, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas e fonte de recursos.

Este é o Relatório.

# II – DA FUNDAMENTAÇÃO:



A abertura de crédito adicional suplementar e especial depende de prévia autorização legislativa, por força do princípio da legalidade das despesas previsto no art. 167, inciso V da CF, in verbis:

Art. 167. São vedados: ...

V – a abertura de crédito suplementar ou especial
 sem prévia autorização legislativa e sem
 indicação dos recursos correspondentes.

Créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento (Lei nº 4.320/64, art. 40). Assim, permitem o reforço e a abertura de novas dotações para ajustar o orçamento aos objetivos a serem atingidos pelo Governo.

São três as modalidades de créditos adicionais:

- **Suplementar** destinado ao reforço de dotação orçamentária (art. 167, incisos V e VI da CF/88; art. 165, incisos V e VI da CE/89; art. 41, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64);
- **Especial** destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica (art. 167, incisos I, V, VI e parágrafo 2º da CF/88; art. 165, incisos I, V, VI e parágrafo 2º da CE/89; art. 41, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64);
- Extraordinário destinado a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública (art. 167, parágrafos 2° e 3° da CF/88; art. 165, parágrafos 2° e 3° da CE/89; art. 41, inciso III da Lei Federal n° 4.320/64).

A abertura dos créditos suplementares e especial, além de ser precedida de exposição **justificativa**, depende da existência de **recursos disponíveis** para ocorrer à despesa (Lei Federal nº 4.320/64, art. 43).



Consideram-se recursos para o fim do artigo 43, desde que não comprometidos, aqueles descritos no seu parágrafo 1°, incisos de I a IV:

I – O superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

#### II – Os provenientes de excesso de arrecadação;

 III – Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

 IV – O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Para avaliar a abertura deste crédito adicional especial analisamos os seguintes documentos, todos em anexo a este projeto de lei:

- Ofício nº 1.952/2023-GP/PMC
- Despesa do Credor FIPLAN
- Termo de compromisso
- Receita Emenda Parlamentar
- Extrato Bancário
- Valor solicitado R\$ 150.000,00

Ao analisarmos o ofício nº 1.952/2023-GP/PMC, encontramos as informações necessárias sobre o projeto de lei em comento, ademais neste é possível localizar sua justificativa e a finalidade do recurso.

Posteriormente verifica-se que o respectivo Crédito advém de excesso de arrecadação, sendo este no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Verificando o protocolo do projeto foi possível localizar o extrato financeiro citado no ofício nº 1.952/2023-GP/PMC, e após analise verifica-se que comporta o crédito no



valor solicitado, sendo assim diante da analise deste documento na data informada foi possível comprovar a existência do recurso em conta.

Desta forma, para fins de abertura de crédito adicional especial o valor solicitado restou comprovado.

# <u>III – DA CONCLUSÃO</u>:

Assim concluo que para fins de abertura de crédito adicional especial por **excesso de arrecadação**, restou comprovados nos demonstrativos supracitados.

É o parecer, salvo melhor juízo sobre tema.

Cáceres, 01 de novembro de 2023.

Ernani Luiz Ladeia Segatto

Assessor Técnico de Planejamento e Orçamento.

Assinado por 1 pessoa: ERNANI LUIZ LADEIA SEGATTO



# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D9D8-FE9F-DE16-5FB0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

**V** 

ERNANI LUIZ LADEIA SEGATTO (CPF 054.XXX.XXX-48) em 01/11/2023 09:47:43 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/D9D8-FE9F-DE16-5FB0